



**[ENTREVISTAS] INTELLECTUAIS NEGRAS/NEGROS:  
GERAÇÕES, LEGADOS E PROTAGONISMOS – A GERAÇÃO  
PUC-SP**

**[INTERVIEWS] INTELLECTUALS BLACK: GENERATIONS, LEGACIES AND  
PROTAGONISMS - THE GENERATION PUC-SP**

**[INTERVIEWS] INTELLECTUELS NOIR: GÉNÉRATIONS, HÉRITAGES ET  
PROTAGONISMES - LA GÉNÉRATION PUC-SP**

**[ENTREVISTAS] INTELLECTUALES NEGRAS/NEGROS: GENERACIONES,  
LEGADOS Y PROTAGONISMOS - LA GENERACIÓN PUC-SP**

*Flávio Gomes<sup>1</sup>*

*Petrônio Domingues<sup>2</sup>*

Neste Dossiê apresentamos um repertório de entrevistas com destacados intelectuais negros e negras que fizeram parte de uma importante geração intelectual formada (graduação, e pós-graduação) na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, entre as décadas de 80, 90 e início do século XXI. Podemos aqui destacar Paulino Cardoso (UDESC-SC), Dagoberto Fonseca (UNESP), Acácio Almeida (UFABC), Lucilene Reginaldo (Unicamp), José Bento da Silva (UFPE), Raphael Santos (UNEB), Maria Oliveira (UNEB), Maria Palmira Silva (UNINOVE), Acácio Sidinei dos Santos (UFABC), Ben-Hur Ferreira (Universidade Dom Bosco), Vanicleia Silva (UFMG), Wilson Roberto (UNEB), Matilde Ribeiro (Unilab) e outros destacados pesquisadores, profissionais liberais, professores, advogados e jornalistas como Gevanilda Santos, Salomão Jovino, Flávio Jorge (Flavinho), Deborah Santos, Sandra Lima Nascimento, Gislândia Ferreira, Carla Carneiro Nascimento etc. Foram vários e fundamentais intelectuais negros e negros, que fizeram carreira acadêmica e outros não necessariamente.

Neste Dossiê apresentamos um primeiro conjunto de cinco entrevistas. A idéia será dar continuidade a um estudo de História Intelectual com outras entrevistas

---

<sup>1</sup> Professor dos programas de pós-graduação em História Comparada (UFRJ) e História (UFBA). Atua no Laboratório de Estudos de História Atlântica das sociedades coloniais e pós-coloniais (LEHA) do Instituto de História da UFRJ. *E-mail:* escravonovo@gmail.com

<sup>2</sup> Professor associado do Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe (UFS), permanente tanto do Mestrado Acadêmico em História (PROHIS) quanto do Mestrado Profissional em História (ProfHistória), da mesma universidade. *E-mail:* pjdomingues@yahoo.com.br

incluindo outros intelectuais negras e negros. São registros de uma história do pensamento social e protagonismo negro contemporâneo. Registros da memória e atuação de uma geração intelectual com profunda influência nos debates contemporâneos sobre ciência, protagonismo, ações afirmativas e pensamento social, especialmente no campo da História. Por e-mail conversamos com estes pesquisadores que gentilmente responderam algumas questões, visando pensar o papel desta geração intelectual pouco conhecida. Assim continuamos o trabalho de memória e história intelectual iniciado por Flávio Gomes em 2016 no *Dossiê Educação, Quilombos e Ensino de História: paradigmas e propostas* da RBPN onde foram publicadas entrevistas com diversos historiadores sobre a escravidão e pós-abolição no Brasil, e as inflexões mais recentes.<sup>3</sup>

Para este Dossiê dialogamos com Lucilene Reginaldo que é professora da Área de Estudos Africanos - História da África da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, atuando nas áreas de Teoria e Metodologia da História, História da Bahia e História de Angola e Congo, século XVIII e com investigações sobre irmandades negras no Império português, igreja e missões católicas em Angola e Congo. Também com José Bento Rosa da Silva, que se graduou em História pela Fundação do Pólo Regional do Vale do Itajaí (1985), fez mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1994) e concluiu o Doutorado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (2001). Atuando como professor associado da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e com experiência na área de História da África, tendo sido vice-coordenador do Instituto de Estudos da África da UFPE, entre 2016 e 2017.

Igualmente falamos com Raphael Rodrigues Vieira Filho, que se graduou, fez mestrado e doutorado na PUC-SP. Ele atualmente é professor da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), no departamento de Educação Campus I Salvador, tendo sido coordenador do NUPE Campus IV Jacobina e Gerente de Pesquisa da PPG/UNEB. Também fomos recebidos (via e-mail) por Vanicleia Silva Santos, graduada em História pela UNEB, Mestre em História pela PUC-SP e Doutora em História pela USP. Atuando como professora de História da África Pré-Colonial do Departamento de

---

<sup>3</sup> GOMES, Flávio dos Santos. “História, Historiadores: Ensino e Pesquisa em História da Escravidão e da Pós-Emancipação”, IN: Revista da ABPN - Dossiê Educação, Quilombos e Ensino de História: paradigmas e propostas, volume 8, número 18, 2016, pp. 296-315



História da Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG, ela tem realizado atividades acadêmicas e coordenando projetos no âmbito internacional em História da África, como a coordenação do Centro de Estudos Africanos (UFMG), além de vinculações de consultoria, pós-doc e professora visitante em museus e universidades africanas, européias, norte-americanas e latino americanas.

E finalmente contatamos Wilson Roberto Mattos que fez graduação, mestrado e doutorado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Um dos mais destacados e mobilizados intelectuais da sua geração, é atualmente professor da Universidade do Estado da Bahia, tendo papel relevante em cargos da administração universitária, conselho federal de Educação e outros postos acadêmicos importantes. Suas pesquisas e publicações são referências nas áreas de cultura negra e memória, educação, escravidão, História da África e ações afirmativas

#### **LUCILENE REGINALDO, PROFESSORA DO INSTITUTO DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS <sup>4</sup>**

**Chegando à PUC para fazer a pós-graduação quais foram as suas primeiras impressões sobre aquela atmosfera de pesquisa e debates entre jovens intelectuais negros e negras?**

Na verdade, eu também fiz graduação na PUC-SP. Ingressei no curso de História em 1986. No final deste mesmo ano fui selecionada para uma bolsa de iniciação científica num projeto intitulado “Igreja e Movimentos sociais no Brasil atuação dos cristãos no Brasil República, 1920 – 1980”. Estive vinculada a este grupo de pesquisa durante toda minha graduação. O projeto era coordenado pela Déa Fenelon, na época eu não sabia da importância da Déa para a História Social no Brasil. Só depois de alguns anos é que pude dimensionar a excelente iniciação no ofício de historiador que tive naqueles anos. Era um grupo de pesquisa que contava com outras professoras (Yara Khoy e Maria do Pilar) que acompanhavam mais de perto o trabalho dos bolsistas, entre as atividades da bolsa (eu pessoalmente estava encarregada de fazer um levantamento de centros de documentação e bibliotecas que guardavam fontes sobre os movimentos vinculados à Ação Católica - JOC, JUC, as comunidades eclesiais de base etc.) tínhamos reuniões de estudo. Neste grupo li e discuti os clássicos da História Social, começando com o volume I da Formação da Classe Operária Inglesa. A escolha pela pós-graduação na PUC foi, em grande parte, uma consequência dessa minha inserção nesse grupo de pesquisa. Na verdade, havia outro elemento que determinou a escolha. E agora chego finalmente a sua questão.

Quando estava na graduação conheci o Grupo Negro da PUC, a Gevanilda e o Flavinho eram referências para todos os recém-chegados, mas nunca tive muita proximidade com

---

<sup>4</sup> Entrevista realizada por Flávio Gomes



o cotidiano do grupo. Participava dos eventos, de algumas discussões mais fechadas e ficava por aí. Pra dizer a verdade, durante a graduação eu fui muito mais estudante do que militante! De todas as formas, o tema que escolhi pesquisar no mestrado congregava a militância que antecedeu a entrada na universidade e minha trajetória de jovem pesquisadora. Minha dissertação foi sobre o primeiro “movimento negro” organizado que surgiu na Igreja Católica – no bojo dos debates da Teologia da Libertação, das comunidades eclesiais de base, das pastorais populares – o Grupo de União e Consciência Negra. Participei deste grupo quando era adolescente. Conheci a iniciativa nas CEBs do meu bairro. Nasci em Santo André, o A do ABC Paulista, berço do novo sindicalismo e dos novos movimentos sociais nos anos 1980. Na Diocese de Santo André, as pastorais populares também foram muito fortes nestes anos. Os movimentos sociais e os vinculados à Igreja tinham uma articulação interessante. Por exemplo, as reuniões do GRUCON em Santo André aconteciam na Sede do Fundo de Greve do Sindicato dos Metalúrgicos, pois o Tijolo, que era uma das lideranças do grupo, era secretário do Sindicato.

O que aconteceu no meu mestrado é que voltei ao tema da militância e, ao mesmo tempo, à própria militância. A convivência com o Wilson Mattos, Paulino Cardoso, Acácio Almeida, Carla Nascimento foi fundamental naquela época. Alguns colegas eram da História – como o Wilson Mattos que tinha sido meu colega na graduação – mas outros eram das Ciências Sociais, e alguns até de fora de São Paulo, como o Paulino de Jesus e a Carla Nascimento. Todos tinham ingressado no Mestrado naqueles anos (eu entrei em 1992) tínhamos em comum interesses de pesquisa e uma compreensão igualmente comum sobre a importância de assumir um espaço dentro da universidade. Reuníamos-nos na biblioteca para discutir textos de interesse comum. Entre outros, lembro que lemos o clássico artigo do [Robert] Slenes, *Malungu ngoma vem*. A história da África, as religiões de matriz africana, os debates em torno da cultura negra, o racismo, discutíamos tudo isso. Creio que foi nestes encontros que surgiu a ideia de criar o NEAFRO.

**Quais eram as interações e contatos acadêmicos? Como percebiam a historiografia e as demandas temáticas e analíticas da época? Quais as expectativas e horizontes destes intelectuais negros e negras lá?**

Como já resaltei, começamos elencando uma bibliografia de interesse comum. Se bem me lembro, a história da África e as “referências”, as matrizes africanas na diáspora eram alguns dos temas centrais nas nossas discussões. Mas não tenho dúvidas de que toda a discussão era regada pelo interesse no protagonismo dos negros. Protagonismo em dois sentidos: atentar para temas e problemas que apresentavam os sujeitos, as escolhas e práticas dos grupos negros e, ao mesmo tempo, ressaltar a contribuição das análises dos pesquisadores negros. Tivemos debates acirrados, sobretudo sobre esse segundo ponto. De certa forma, quando vejo hoje o debate sobre a legitimidade do “lugar de fala” me recordo daqueles encontros. Talvez por ser uma militante muito “acadêmica” sempre relativizei o “lugar de fala”, no sentido de que ele não pode substituir o esforço da produção qualificada. A criação do NEAFRO esteve ancorada nestes debates, sobretudo na perspectiva de legitimação de um espaço dentro do mundo acadêmico. Mas éramos todos muito estudiosos, com interesse em fazer carreira acadêmica, isso explica porque a maioria de nós de fato optou pela carreira docente



universitária. A proposta do NEAFRO, portanto, guardava algumas diferenças em relação às do Grupo Negro da PUC. Estávamos muito mais preocupados em construir um espaço – reconhecido institucionalmente - onde pudéssemos discutir, divulgar e fazer avançar nossas pesquisas. Pelo menos esta é minha leitura, não sei se a maioria dos meus colegas está de acordo.

**Você depois estudou no Doutorado na Unicamp e depois começou a lecionar na Bahia? Como foi estudar na Unicamp depois? Quais as diferenças? E os intelectuais negros e negras lá? Quais as atmosferas dos debates?**

Na verdade, comecei a lecionar na Bahia, na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), antes de vir fazer o doutorado na UNICAMP. Defendi o mestrado em 1995 e, como era de se esperar, fui procurar emprego. Trabalhei em faculdades particulares, mas queria prestar concurso e sair de São Paulo. Wilson e o Raphael já tinham ido para Bahia, mostrando que era possível. Eu queria mesmo era voltar a fazer pesquisa, desde o final do mestrado estava interessada na história das irmandades negras. Conhecia a bibliografia razoavelmente e meus planos era mudar para Minas ou para Bahia. Fiz meu primeiro concurso em Minas, na UFJF e não passei. Fiz o segundo na Bahia, na UEFS, e passei. Com uma mala pesadíssima e várias caixas de livros descí na Rodoviária de Feira de Santana em fevereiro de 1997. Até hoje me impressiono com minha disposição para aventura naquela época/idade. Ir viver e trabalhar em Feira de Santana foi uma escolha corajosa. Na verdade, não conhecia a cidade, não tinha a menor ideia de sua localização, história ou qualquer outra informação mais substancial. Um amigo me disse que Feira de Santana era perto de Cachoeira. Tinha ido à Cachoeira, creio que em 1992, na ocasião, participei da festa da Irmandade da Boa Morte e conheci o prédio do Arquivo Municipal. Só isso me bastou para decidir me mudar para Bahia.

Ser professora numa cidade às portas do Sertão da Bahia foi um divisor de águas na minha vida pessoal e nos meus horizontes intelectuais. Levei um susto quando constatei que no meu curso de graduação havia lido apenas três livros sobre história da Bahia: *Ser escravo no Brasil* (Kátia Matoso), *Rebelião Escrava no Brasil* (J.J.Reis) e *Na Bahia contra o Império* (István Jancsó). Nas primeiras semanas de aula, pedi ao um colega, que depois se tornou um grande amigo (Alberto Heráclito Ferreira Filho) uma bibliografia básica sobre História da Bahia, incluindo textos literatura. Estava muito empolgada para conhecer e pesquisas história da Bahia. Assim, junto com dois colegas do Departamento de Ciências Humanas (Wlamyra Albuquerque e Rinaldo Leite), comecei a trabalhar num projeto de levantamento de fontes sobre a História do Recôncavo. Foi uma experiência incrível! Gosto de dizer que meu projeto de doutorado nasceu às margens do Paraguaçu, nas minhas idas e vindas, com os colegas e alunos, entre Feira e Santana e Cachoeira. Nestes anos, através de Wlamyra e outros amigos, conheci o grupo de pesquisa *Escravidão e Invenção da Liberdade* na UFBA, concebido e liderado por João Jose Reis. Era o que faltava para “lapidar” minha iniciação na história da escravidão e do negro na Bahia. Em 2000 vim fazer o doutorado na UNICAMP com um projeto sobre irmandades e identidades étnicas na Bahia.

Depois de viver três anos na Bahia, viver em Campinas, particularmente em Barão Geraldo, no intramuros da Unicamp, foi um choque. Eu deixava de ser uma professora negra entre outras e voltava a ser uma “aluna diferente”, frequentemente confundida



com uma funcionária. Ser minoria na sala de aula (do primeiro à universidade) foi uma constante em minha trajetória de estudante. Mas, mesmo assim, a Unicamp não deixava de ser chocante. O corpo docente e discente era muito, mas muito homogêneo. E era assim, até bem pouco tempo. As políticas de ação afirmativa nos últimos anos e, mais recentemente, o debate e a implantação das cotas raciais já podem ser vistas nos rostos dos novos estudantes.

No período em que vivi em Campinas, não havia nenhum grupo de estudantes negros mais atuantes na UNICAMP, mas tinha notícias de alguns que precederam minha chegada. No IFCH, a maioria dos negros (as) da pós-graduação, e hoje sei que não era por coincidência, era aluno da História Social, tinham vínculos com o CECULT, centro do qual hoje eu faço parte. Não tenho dúvidas de que alguns dos mais importantes historiadores negros da minha geração foram formados aqui e se tornaram referência em temas centrais que circunscreveram a área nas últimas décadas, sobretudo, a partir de uma perspectiva analítica fundante da História Social: o protagonismo dos subalternos, dos escravizados, dos trabalhadores. Só para ficar na minha geração eu poderia citar o Flávio Gomes (quilombos), a Wlamyra Albuquerque (aboliconismo), a Isabel Reis (família escrava), entre outros...

**Você lecionou na Bahia e agora leciona na UNICAMP. Como vê as diferentes instituições, demandas de pesquisas e público? Fala da sua pesquisa e formação de alunos? Quais foram e são os principais avanços historiográficos e o protagonismo de intelectuais negros e negras?**

Quando entrei na sala de aula, no meu primeiro dia de aula na UNICAMP, confesso que fiquei chocada! Numa turma de mais de quarenta alunos, um pardo, o restante todos brancos de olhos claros, a maioria com sobrenomes estrangeiro. Pensei: O que é que eu estou fazendo aqui? Passado o susto, fui me dando conta de que era importante para aqueles alunos terem uma professora negra. Era uma oportunidade de olharem o mundo de outro ponto de vista. Certamente minha disciplina ajuda muito nesta tarefa. A História da África ajuda a descolonizar a historiografia e, por conseguinte, o pensamento. Da mesma forma – isso me disse uma amiga e colega – estar naquele lugar podia abrir portas para outros jovens negros e negras, desnaturalizar a *branquitude* das universidades paulistas. De outra parte, como somos poucos professores negros na UNICAMP, isso acabou por nos colocar no centro dos movimentos pelas cotas. Sem querer, nos tornamos referências. Acompanhei na Bahia todo o debate de afirmação e implantação das cotas nas universidades públicas. Acompanhei de perto, mas não me envolvi tanto como me envolvi na Unicamp, pois lá eu era uma entre muitas, aqui não tinha como não se posicionar publicamente, o tempo todo.

Além das pesquisas sobre História de Angola, notadamente nos séculos XVIII e XIX, tenho me interessado, nos últimos anos, pela história do racismo. De certa forma, meu objeto de pesquisa me levou ao tema (pesquisei a trajetória de um liberto, nascido nas Minas Gerais, formado em Coimbra e missionário no Reino do Congo, no final do século XVIII), sobretudo quando imergi nos dramas e escolhas do meu “personagem”



quando estudante na prestigiosa Universidade de Coimbra, o reconhecimento dos marcadores da diferença no século XVIII e a importância da escravidão e da presença dos homens/mulheres de cor livres determinando nas nuances e transformações das hierarquias estabelecidas no mundo colonial foram me levando cada vez mais para a história do racismo. Ainda em termos de pesquisa, não abandonei meu interesse pelas irmandades, de forma específica, e pelo associativismo negro, de forma mais ampla. Mais recentemente, me envolvi num projeto incrível, com Mário Medeiros e Silvia Lara, cujo objetivo maior é identificar, digitalizar e disponibilizar para pesquisa fontes pertencentes aos clubes negros no interior paulista. Talvez uma perspectiva comum a todas estas frentes de pesquisa é fazer história da social atenta ao protagonismo – em toda sua complexidade - dos escravizados, libertos e das populações negras na pós-abolição. Tenho vários alunos que vêm desenvolvendo pesquisas nesse sentido.

Especificar as contribuições historiográficas da minha “geração” seria exaustivo. Talvez, no conjunto, seja possível dizer que, de um lado, nosso interesse pela resistência, pela rebeldia, pelas matrizes africanas, pelo cotidiano das experiências associativas trouxe à tona novos objetos, problemas e, sobretudo, novas perspectivas para o centro do debate historiográfico. De outra parte, o interesse pelo mundo acadêmico nos permitiu problematizar nossas próprias referências políticas e militantes. O que significa disposição para o debate e acúmulo de conhecimento e abertura para relativizar certezas historiográficas vindas de qualquer lado.

### VANICLÉIA SILVA SANTOS, PROFESSORA DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS <sup>5</sup>

#### **Fale da sua formação acadêmica e como chegou à PUC para fazer a pós-graduação lá? Primeiras influências, contatos e atmosferas?**

Eu nasci em 1977 numa vila de menos de três mil pessoas. Sou a primeira pessoa, do lado materno e paterno, a concluir o Ensino Médio e acessar a universidade. Meus pais são a primeira geração a ser alfabetizada. Embora nascida no sertão da Bahia, minha família tinha como prioridade oferecer a melhor educação escolar possível, mas isso tinha limites, tanto de conhecimento sobre o sistema educacional de nível superior, assim como econômico. Estudamos em escola pública com recursos mínimos – sala, cadeiras, quadro, giz, cadernos e livros, que deviam ser comprados pelos pais.

O lugar onde eu nasci e vivi até chegar a PUC-SP é formado por uma população majoritariamente negra. As questões raciais não eram debatidas porque quase todo mundo era negro. O racismo estava lá na escola e em todos os lugares. Mas não se discutia porque faltava formação e informação sobre direitos e cidadania. Minha formação política se deu primeiramente na Igreja Católica, nas CEBs (Comunidades Eclesiais de Base). Eu fui treinada também pelas religiosas da MMM (*Medical Missionaries of Mary*), organização católica internacional que oferece cuidados de saúde às regiões subdesenvolvidas do mundo, para ser líder em minha comunidade. Fui

<sup>5</sup> Entrevista realizada por Flávio Gomes



voluntária em diversos programas sociais, como Pastoral da Criança, Pastoral da Saúde, Pastoral da Juventude e etc. Nas CEBs e MMM deveríamos mudar o mundo pobre onde estávamos inseridos, onde, por exemplo, o acesso a água era uma luta diária. Portanto, o sertão é parte da minha identidade. Isso é parte fundamental do meu legado político.

Em 1995 ingressei na licenciatura em História na UNEB, no campus de Jacobina (300 km de Salvador). Esta universidade tem um importante marco para a minha vida porque atendia aos estudantes que não podiam fazer vestibular em Salvador. A UNEB significava a expansão do ensino superior no interior do Estado.

Na UNEB, meu orientador de IC, Rafael Rodrigues Vieira Filho, negro, paulista, havia feito, no início dos anos 90, o mestrado na PUC-SP, universidade sobre a qual ele comentava bastante.

A única perspectiva para os estudantes da Unebera concluir a licenciatura e começar a trabalhar como professores de História nas escolas da região. Um dia, em meados de 1999, eu vi afixado na parede do Campus, um cartaz azul da PUC-SP, que informava sobre o Processo Seletivo para Mestrado e Doutorado em História Social/1999. Imediatamente, telefonei para a PUC e falei com Heloisa Farias (professora que depois conheci e agradei), que foi bastante solícita e me enviou, por correio, os formulários para a inscrição no Mestrado e um livreto com as informações sobre o Programa de Pós-Graduação em História Social da PUC-SP. O projeto foi aprovado. Pela primeira vez, fui para São Paulo, exclusivamente para participar da entrevista. Recebi a notícia da aprovação em outubro de 1998 e iniciei o mestrado em fevereiro de 1999. Ou seja, a minha entrada na PUC-SP tem duas explicações – a primeira porque eu havia escutado meu orientador narrar sobre a experiência dele de outros negros na PUC e isso me serviu de exemplo; e a outra tem a ver com a minha origem rural. Esta última mais decisiva. Quando se nasce no sertão da Bahia, ambiente marcado pelas longas estiagens, pobreza extrema, grandes perdas econômicas, violência e abandono total do Estado, uma oportunidade pode ser a única na vida de uma pessoa. Portanto, aquele cartaz azul me apareceu com “a oportunidade”. Era a oportunidade de avançar na minha educação. Eu abracei aquela oportunidade com todas as minhas forças. Sabia que se eu seguisse aquele caminho minhas duas irmãs (mais novas que eu) me acompanhariam.

Na PUC-SP, meus primeiros contatos com os colegas negros foram através do professor Rafael R. Vieira Filho (meu ex-orientador de IC na Uneb, também aprovado naquele ano para o doutorado), que me apresentou aos seus colegas negros, com quem havia estudado na década anterior. O primeiro ano na PUC foi marcado pelo acesso a uma grande universidade e sua imensa biblioteca, o desafio de viver em uma grande cidade e o contato com colegas de diferentes origens geográficas do Brasil.

**Quais eram as interações e contatos acadêmicos deste grupo de intelectuais negros e negras lá? Havia projetos políticos e acadêmicos definidos ou uma constante construção? Quais os horizontes e expectativas que viam?**

Na PUC-SP, meus primeiros contatos com os pós-graduandos negros foram com Paulino Cardoso, Rafael Vieira Filho, Amailton Grillo, Salloma Salomão, Ivone Jovino e outros professores e professoras de diferentes universidades da Bahia que estavam

realizando mestrado e doutorado, por meio de convênios entre suas universidades de origem e a PUC. O professor Rafael, que era veterano da casa, havia me introduzido aos pesquisadores negros com quem ele havia estudado nos anos 80.

Sobre as interações com os intelectuais negros, eu recorro bastante vivamente das minhas conversas sobre questões raciais com Paulino Cardoso, Rafael e Amailton. Mas não tive a oportunidade de participar de reuniões de organização política com grupo de estudantes negros e não participei de um projeto político definido. Talvez porque eu estava no mestrado; e as turmas do doutorado eram constituídas por um pessoal mais maduro que já atuava como professores em universidades espalhadas pelo Brasil, como Paulino Cardoso, Rafael Vieira Filho, Wilson Mattos e outros.

Em 1999, a importante geração de intelectuais negros da PUC dos anos 80 e 90, já não era mais composta por estudantes. A maioria destes já havia se tornado professores e estava atuando em diferentes universidades do Brasil, principalmente, em São Paulo, Santa Catarina e Bahia.

A geração dos anos 80 e 90 era formada basicamente por estudantes negros paulistas. Contudo, a partir de fins dos anos 90, os programas para formação de mestres e doutores oriundos de universidades do norte, nordeste e sul provocaram uma grande mudança no perfil dos estudantes de Pós-Graduação da PUC-SP.

A minha geração era marcada pelas diferentes origens geográficas dos estudantes. Um sentimento de dispersão unia aquelas pessoas que não eram de SP. Tive pouca interação com mestrandas e doutorandas negras, porque quando cheguei havia apenas eu e Silvia Helena Nascimento, que era professora no Estado do Ceará. O pessoal da minha sala era basicamente formado por estudantes do Ceará, São Paulo e Minas Gerais. Os únicos alunos negros de minha sala eram eu, Florisvaldo Flores (Uberlândia), Edgar (SP) e mais tarde Amailton (SP) e Luis do Carmo (Uberlândia).

### **Em termos acadêmicos e intelectuais o que eram pensar África, história da África naquele contexto da PUC? Quais as dificuldades? Sensibilização acadêmica e intelectual? Expectativas?**

Nos anos em que estudei na PUC-SP (1999-2000), a África ainda não era um tema estudado. Nenhum programa incluía qualquer tema ou autor referente à História da África. As disciplinas que cursei eram bastante influenciadas pelas historiografias italiana, francesa e inglesa. Todo mundo lia Foucault, Raymond Williams, Edward P. Thompson, Alistair Thompson, George Vigarello, Carlo Ginzburg, Alessandro Portelli, Walter Benjamin, Michel de Certeau, etc.

Quando estava na PUC-SP, não se pensava a África. O foco eram os estudos sobre a agência escrava e as ações de resistência que se davam no cotidiano. Pensava-se mais no escravizado do que na África e nos africanos. Neste sentido, alguns trabalhos são exemplares para este momento - Wilson Mattos pesquisou os cantos de trabalho dos africanos em Salvador, Rafael Vieira Filho estudou escravidão na Bahia, Paulino Cardoso que escreveu sobre as experiências das populações de origem africana em Florianópolis, Benedita Celeste Pinto escreveu sobre as mulheres parteiras nas regiões



ribeirinhas do Pará, Carmélia Miranda estudava uma comunidade remanescente de quilombola....

O primeiro intelectual negro que tive a oportunidade de ver na PUC, foi o geógrafo Milton Santos. Sua palestra era de uma sabedoria inestimável.

Conclui o mestrado no início de 2001. Em 2002, fui trabalhar na Fundação Universidade do Tocantins. Em 2003, ingressei no Doutorado na USP, mas tinha poucos vínculos com os colegas lá. Assim, continuei participando ativamente das atividades da PUC: presenciei diversas defesas de mestrado e de doutorado dos colegas e também testemunhei os primeiros passos da inserção da história da África na mesma.

Em 2004, a história da África e as questões raciais passaram a fazer parte da minha formação de forma mais contundente porque comecei a trabalhar como pesquisadora e educadora do Museu Afro-Brasil, em São Paulo. As coleções de arte africana e de arte afro-brasileira eram objetos de estudo e de discussão da equipe, como forma de treinamento para lidar com o público das escolas e o público em geral. O contato com jovens pesquisadores negros no Museu foi o momento mais importante de minha militância e da consciência política em torno das questões raciais. A aprovação da lei 10.639 em 2003 havia mudado tudo. São Paulo era um espaço de transformações. A partir do museu, passei a discutir com outros intelectuais negros, como Renata Felinto, e compartilhar projetos futuros.

Entre 2004 e 2007, os estudos africanos na PUC ganharam vida graças ao suporte institucional da professora Maria Antonieta Antonacci e dos estudantes negros, especialmente dos africanos. Acompanhei os cursos oferecidos por professores africanos na PUC-SP, como Toyin Falola, Kazadiwa Mukuna; e por africanistas de diversas nacionalidades, como John Thornton, Linda Heywood, Carlos Moore, Paulo Fernando de Moraes Farias, Karin Barber e outros. Neste período, diversas atividades relacionadas à História da África foram realizadas como mini cursos, palestras, exposições e etc. A palestra de José Pires Laranjeira sobre literatura africana foi marcante porque os estudantes africanos fizeram-lhe duras críticas devido a sua perspectiva colonial.

### **Como avalia aquele contexto de mobilização de intelectual negra e os atuais contextos de ABPN, lei 10.639, NEABS, políticas afirmativas?**

Penso que os anos 1999 e 2000 e o contexto atual são momentos distintos da mobilização intelectual negra, tanto em termos quantitativo, quanto em termos de organização institucional. Os atuais contextos da ABPN, COPENE, da lei 10.639, dos NEABS e das políticas de ações afirmativas mudaram totalmente o quadro de duas décadas atrás a cercada mobilização de intelectuais negros. Estas instituições, leis e programas têm promovido maior debate político, a proliferação de organizações em torno das questões raciais e o acesso dos jovens a diferentes oportunidades.

O fato de ter um fórum próprio para os intelectuais negros se reunirem, como o COPENE, é um sério ponto do avanço da mobilização de intelectuais negros para dar maior visibilidade ao que produzimos na academia. Por outro lado, a ocupação de



importantes posições no governo federal por intelectuais negros, assim como o estabelecimento de diálogo entre estes e instâncias decisórias tem sido fundamental para avançar nas políticas de ação afirmativa, assim como na implementação de leis voltadas para a população negra. Nesse sentido, é essencial lembrar que as universidades federais que passaram a abrir vagas de concursos para a disciplina de História da África, atendiam diretamente a uma demanda originada do movimento de intelectuais negros do Brasil.

Concluindo, é óbvio que a avaliação é positiva.

Como desafios futuros, faltam mais associações de profissionais negros, a exemplo dos Estados Unidos, que tem várias organizações negras que fortalecem diversas áreas do conhecimento.

### **Experiência na UFMG.**

Portanto, o meu concurso para a área de História da África em 2010 é resultado direto das ações do movimento negro para institucionalização do ensino de história da África. A minha entrada na UFMG culminou com a criação da disciplina obrigatória de História da África no Departamento de História. Este trabalho tem sido bastante desafiante e estimulante tanto no âmbito do ensino quanto no da pesquisa. O impacto causado pelo ensino de História da África é o mais importante porque tem efeito multiplicador maior. Há vários egressos do curso de História ministrando conteúdos referentes à história da África em escolas públicas e privadas. Na área pesquisa, a evolução tem sido bastante significativa na UFMG – em menos de oito anos, cerca de oito dissertações e teses foram defendidas e há mais seis em andamento, sob minha orientação. Além disso, dezenas de estudantes tem realizado estudos de IC sobre a temática africana.

Para além das minhas atividades intramuros na UFMG, tenho atuado como pesquisadora da área de História da África no Brasil e no exterior. No Brasil, atuei como coordenadora do GT Nacional de História da África na ANPUH Nacional (2013-2015). No período em que fui vice-presidente da ABPN (2012-2014), coordenei simpósios de História da África no COPENE. No exterior, tenho participado do Projeto História Geral da África da UNESCO, no qual sou editora do Volume sobre História da África e sua diáspora. Além disso, coordeno pesquisas em Moçambique; e desde 2014 sou diretora do Centro de Estudos Africanos da UFMG, órgão que trata das relações internacionais da universidade com as universidades africanas.

### **JOSÉ BENTO ROSA DA SILVA, PROFESSOR DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO <sup>6</sup>**

**Você, tanto no mestrado quanto no doutorado, pesquisou a presença negra em Santa Catarina. Era um período, década de 1990, que ainda persistia a invisibilidade desse segmento populacional na historiografia daquele estado. Como chegou aos temas? Como os debates públicos influenciaram e/ou se ligaram aos**

<sup>6</sup> Entrevista realizada por Petrônio Domingues



**seus estudos? Quais as influências teóricas e metodológicas na ocasião? Como você avalia aquele contexto, inclusive em termos de proposições e prática historiográfica? Enfim, conte-nos um pouco de sua trajetória até a conclusão do doutorado.**

Desde a graduação que me interesseo pela História afro-brasileira e africana. Na verdade, desde criança que ouvia narrativas de meu pai sobre nossos antepassados na condição de escravizados na região Sul de Minas Gerais. Quando fui para a cidade de Itajaí, litoral do estado de Santa Catarina ouvi dizer das “Festas dos Pretos” que existia na região de Penha, onde hoje fica localizado o Beto Carrero World. Em Minas fui criado no meio da festa, em frente à casa de meus pais, no Bairro de Novas Lavras, na cidade de Lavras, morava o “Sebastião Fogueteiro”, rei do Congo. Em maio e outubro tinha sempre as congadas, moçambiques...

Então, ao ouvir tais narrativas, não escolhi o tema, “fui escolhido por ele”. Minha dissertação de mestrado defendida na PUC-SP em 1994 foi sobre as memórias da Festa de Nossa Senhora do Rosário na Região da cidade de Penha. A pesquisa intitula-se Festa de Preto em Terra de Branco – história oral, memória e identidade em Santa Catarina.

O impacto, em minha opinião, foi bom porque, depois deste trabalho acadêmico, outros vieram (artigos, trabalhos de conclusão de curso, etc., etc.), inclusive de alunos de outros cursos que não eram de História. Mas o impacto maior foi na família dos entrevistados, pois transformei a dissertação em livro e fiz um lançamento público, convidando os entrevistados e/ou os familiares; alguns já haviam falecido. O nome do livro foi *Negras memórias*. Aliás, foi o meu primogênito. Era o ano de 1996...

No doutorado investiguei a trajetória do movimento operário dos trabalhadores do Porto da cidade de Itajaí, da primeira década do século XX até final dos anos noventa. Interessei-me pelo tema porque era o local onde grande parte dos trabalhadores era descendente de africanos. Historicamente, o trabalho no porto, trabalho pesado, era “coisa” de gente rude. Coisa de escravos, coisa de pretos, de negros.

Na época eu morava num conjunto habitacional, onde a grande maioria era trabalhadores do porto, sobretudo da categoria dos estivadores. Na mesa de bar da esquina (Bar Corrêa) falavam da luta dos antepassados para fundar a associação (depois se transformou em sindicato), do preconceito racial no meio da classe trabalhadora (no caso dos portuários), das conquistas alcançadas no passado e da fragilidade da categoria frente ao processo de “modernização” (leia-se privatização dos portos), a partir dos anos noventa do século XX. Então, fiz um recorte étnico racial na tese. Dei visibilidade às lideranças negras que estavam na invisibilidade da História da categoria e da cidade, entre eles, um que me chamou a atenção foi Firmino Alfredo Rosa, um estivador filiado ao Partido Comunista nas décadas de vinte e trinta, um militante em prol da causa negra, num estado preconceituoso, numa cidade (Itajaí) declaradamente excludente. Foi

um dos fundadores do Clube Náutico Cruz e Souza, pois os negros (muitos deles estivadores) eram proibidos de participar dos clubes náuticos da elite.

Também “metamorfoseei” a tese em livro e fiz o lançamento no Bar Corrêa com a presença de trabalhadores e seus familiares, apresentação de capoeira na rua... Foi gratificante. Sou daqueles historiadores que buscam a História vista a partir dos debaixo, dos historicamente excluídos da História. Alguns chamam de História militante. No meu caso, militante do movimento negro.

**Você é de uma geração de pós-graduandos da PUC de São Paulo que discutiam bastante a necessidade de uma produção historiográfica centrada no protagonismo negro, com suas agências e novas narrativas. Havia, por assim dizer, o projeto de uma intelectualidade negra disposta a romper com os paradigmas tradicionais. Olhando em retrospectiva, qual o balanço que você faz daquela geração, no tocante aos legados e contribuições para o debate contemporâneo.**

Já na década de noventa havia iniciativas historiográficas questionando a visão tradicional de que o Sul era uma Europa incrustada no Brasil, onde a presença negra era irrelevante. Importante lembrar a construção do Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas, ligado ao programa de pós-graduação em Antropologia (UFSC), da organização do Movimento Negro em algumas cidades, sobretudo em decorrência da efeméride do centenário da abolição da escravidão em 1988. No caso específico de Itajaí, “locus” da minha pesquisa, o Movimento Negro Tio Marco, do qual fui um dos fundadores, juntamente com a professora Adevanir Aparecida, que hoje trabalha na Unisinos, dentre outros Na época éramos militantes, acadêmicos de graduação.

O balanço é positivo, quando se vê que muitos daquela geração hoje são profissionais engajados na causa negra, mestres, doutores, gestores públicos. A fundação da ABPN, o CONEAB, os NEABs... Outros trilharam a via político-partidária. Ingressaram em partidos de esquerda comprometidos com as minorias de poder. Enfim, houve avanços, apesar dos retrocessos nos quais estamos inseridos no momento presente.

**Houve uma significativa transformação na historiografia da escravidão nos últimos 30 anos, com pesquisas e publicações investindo em novos objetos, problemas, abordagens etc. Agora estamos vendo a emergência e consolidação do campo temático chamado de pós-abolição. Como você avalia estas transformações? Quais os principais impactos?**

Vejo com bons olhos, inclusive tenho trilhado estas “sendas”. Por que uma pergunta que se faz é: até onde vai o pós-abolição? Sou daqueles que entendem que o pós-abolição vai até onde o projeto abolicionista não deu conta de resolver. Ou seja, não houve uma política de estado visando integrar os egressos da escravidão e seus descendentes no estado-nação brasileira. Ou seja, enquanto houver permanências da escravidão afetando os descendentes dos escravizados; até aí vai o pós-abolição. Portanto, trata-se de “ajustar as contas com o passado” O debate das políticas de reparação passa por esta questão. Acabou oficialmente a escravidão, mas não se destruiu a obra da escravidão. Portanto, os estudos e pesquisas sobre o pós-abolição bole necessariamente em temas



que não foram resolvidos com a abolição formal da escravidão. Por exemplo: categorias como trabalho correlato à escravidão, comunidades quilombolas, questão agrária, comunidades tradicionais, cultura afro, saberes populares, marginalidade, exclusão e extermínio da juventude negra, doenças que atingem a população negra (alcoolismo, por exemplo) etc., etc., etc.; “heranças malditas” da escravidão são contempladas na temática da pós-abolição,

**Você é professor concursado para a disciplina de História da África ligada ao Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), instituição onde foi vice-coordenador do Instituto de Estudos da África. Como você avalia esse novo contexto da historiografia brasileira no que diz respeito aos estudos africanos? Conte-nos um pouco de sua experiência militando na área, em termos de ensino, pesquisa, extensão e orientação.**

Desdobramento de uma prática militante, que, como já foi dito acima, remonta ao período da graduação nos anos oitenta do século passado. Quanto à disciplina História da África e da Cultura afro-brasileira, é uma conquista do Movimento Negro brasileiro. Reivindicação que remonta aos anos [19]50, na pauta do primeiro congresso do negro brasileiro, organizado pelo saudoso Abdias do Nascimento, dentre outros, já havia esta reivindicação.

No caso específico da UFPE, onde trabalho atualmente há um ranço daquele pensamento de Gilberto Freyre acerca da ideologia da democracia racial. Então fica mais difícil. Veja: foi uma das últimas universidades a institucionalizar as cotas raciais. Diziam que bastava as cotas sociais, que a discriminação era de classe, não de raça. O NEAB, também foi um dos últimos a ser instituído. Havia O NEBA [Núcleo de Estudos Brasil-África] – ainda há oficialmente– que não discutia nada dos temas em pauta pelo Movimento Negro organizado. Inclusive o coordenador recusava-se a fazer o debate sobre cotas, literalmente era contra. Na verdade era um verniz, criado de cima para baixo para dizer que existia. Com a chegada de novos professores, a partir dos concursos públicos abertos a partir do governo Lula, alguns professores egressos do Movimento Negro adentraram a universidade e fomos costurando novas possibilidades.

Já o Instituto [de Estudos da África] nasceu dentro de uma proposta de “internacionalização” da universidade proposta pela reitoria. Já havia instituto de estudos da América Latina, da Ásia, Instituto do Futuro. Então, pesquisadores de diversas áreas, que já pesquisavam sobre África, inclusive com pesquisas no continente, juntaram-se para construir o Instituto. Pelo fato de minha atuação como professor de História da África, no NEAB e outros envolvimento, fui convidado para compor a primeira coordenação juntamente com o prof. Marco Mondaini. Foi uma boa experiência, frutífera. Estamos consolidando os estudos de África na UFPE, inclusive, conseguimos mais uma vaga para professor de História da África, agora somos dois. Conseguimos instituir, no curso de licenciatura em música, a disciplina História e cultura afro-brasileira como cadeira obrigatória. A disciplina Educação para as Relações



Étnico-Raciais, oferecida como eletiva desde 2010, está em processo de tornar-se obrigatória. No curso de Geografia, a partir da organização dos alunos, foi implantada este ano, a princípio como eletiva, a disciplina Geografia da África. Enfim, lembrando uma frase de Chico Science: “um passo e não estamos mais no mesmo lugar”. Muitos outros precisam ser dados, sobretudo numa instituição onde a ideologia da democracia racial ainda nos “assombra”.

**Como você avalia as políticas de ações afirmativas em vigência no Brasil e, especialmente, a Lei 10.639, no que tange aos obstáculos, dilemas, desafios e avanços na sua implementação?**

Houve avanços, mas estamos vivendo tempos “obtusos”. Precisamos estar vigilantes e preparados para os enfrentamentos que se avizinham. Minha sensação é que “o pior do passado está por vir”. Relembrando a frase de um personagem do escritor moçambicano Mia Couto.

**Quais os seus projetos atuais e futuros de pesquisa e publicações? O que podemos esperar de sua produção intelectual?**

Estou “metamorfoseando” meu relatório de pós-doutorado em uma publicação em formato de livro. Investiguei a trajetória de uma família de descendentes de africanos, que em minha opinião tem uma peculiaridade, se comparada com os demais descendentes no Brasil: conseguiram, desde o período da escravidão africana na diáspora, manter o sobrenome de origem banto e até os anos 50 eram “negros de posse”. Estou referindo-me à família Cazumbá. A pesquisa investiga a trajetória desta família desde o século XIX, a partir da cidade de São Gonçalo dos Campos na Bahia. Encontrei-os, sobretudo no Recôncavo e no sertão baiano. Além da documentação cartorial, processos cíveis e criminais, registros de batismos, nascimentos, óbitos, etc. privilegio as narrativas orais. Paralelamente, estou investigando as perseguições às religiosidades afro na cidade do Recife no início do século XX. No período compreendido entre 1900 e 1920. Tenho como fonte os periódicos. As pesquisas sobre a perseguição aos cultos afro no Recife não é novidade, mas o que trago de “novidade”, é o recorte temporal. A grande maioria investiga o período do Estado Novo, anos 30 e 40 do século XX. Busco o período anterior para compreender como a jovem República, que em sua constituição dizia ter liberdade de culto, mas o Código Penal a colocava no lugar de charlatanismo e correlatos. O que me levou ao tema foi à intolerância religiosa do tempo presente. As inquietações do presente nos levando a investigar o passado, buscando entender as rupturas e as permanências. Qualquer coincidência não é mera semelhança, no caso das perseguições, são permanências da marginalização da religião de matriz africana, advinda do período da escravidão.



## RAPHAEL RODRIGUES VIEIRA FILHO, PROFESSOR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA <sup>7</sup>

### **Fale da sua trajetória acadêmica e de como chegou à PUC-SP? Quais as primeiras impressões? Quais influências e cenários que encontrou lá?**

Cursei o antigo primeiro e segundo graus em escolas públicas. Iniciei meus estudos universitários cursando Direito nas Faculdades Metropolitanas Unidas. Como vários jovens de minha geração era um estudante trabalhador, acordava às 05h30minh para trabalhar em uma metalúrgica e de lá saía correndo para as aulas na universidade. Cursei um ano de Direito o que foi muito importante para o desenvolvimento de disciplina de estudos acadêmicos com muitas leituras de textos muito diferentes do que costumava ler normalmente de forma dispersa. Depois desse primeiro ano, fiz vestibular novamente e fui aprovado na PUC-SP para cursar História, em 1982.

Fiz bacharelado e licenciatura, mas tudo de forma lenta, pois fazendo menos disciplinas a mensalidade diminuía e cabia no meu orçamento, além disso, como trabalhava 48 horas semanais, tinha pouco tempo para as leituras exigidas, então mesmo não tendo aulas, ia para PUC todos os dias e ficava na biblioteca estudando. Também dedicava tempo para participar do movimento político/sindical e das várias atividades acadêmicas e culturais. Fui monitor de ensino, participei de grupos culturais e de estudos. Apesar da influência de meu pai, militante de movimentos de bairro e partidos de esquerda e de acompanhar minha irmã, que já militava em movimentos estudantis e sindicais, a frequência na universidade foi uma experiência muito impactante para mim e a PUC-SP era muito estimulante para discussões e participação política e cultural.

A militância política e sindical me levou a um curso de alfabetizador pelo método Paulo Freire na própria PUC-SP e logo depois a um grupo de aplicação do método, isso foi marcante na minha vida acadêmica e profissional posterior. Com alguns desses alfabetizadores formamos um grupo para discutir e adaptar o método para disciplina História, essa foi uma época muito gratificante.

Também concorria para minha escolha de fazer poucas disciplinas por semestre o fato de poder escolher os professores que mais me agradavam do ponto de vista da historiografia. Então tive ótimos professores como: Ilana Blaj, Nicolau Sevcenko, Zilda Márcia Iokoi, Maria Antonieta Antonacci, Elias Thomé Saliba, Maria Auxiliadora Guzzo de Decca, Yara Khoury, Julio Cesar Pimentel Pinto Filho, Hilário Franco Júnior, Marcos A. da Silva, Modesto Florenzano, Déa Ribeiro Fenelon, Márcia Mansor D'Alessio, entre outros.

Fiquei dois anos com minha matrícula trancada, envolvido em militância política e em movimentos culturais – além é claro do trabalho agora um pouco menos exaustivo, pois consegui um novo em um escritório de empresa do comércio de peças para tratores – e quando voltei à graduação no ano de 1989 o cenário de mudanças estava se consolidando. A PUC-SP tinha uma tradição de receber alunos pobres e negros, mas neste momento o número desses estudantes estava aumentando. Nos primeiros anos do

---

<sup>7</sup> Entrevista realizada por Flávio Gomes



curso, haviam muitos alunos vindos dos bairros mais distantes e pobres da cidade, mas eu era o único aluno negro em minha sala do curso de História. Quando voltei, já não era o único, outros alunos negros integravam as salas de aula e como precisava fazer várias disciplinas em pouco tempo, para não pegar uma nova mudança de curricular, então frequentava o curso pela manhã e a noite, tendo a possibilidade de conviver com turmas dos primeiros aos últimos semestres ao mesmo tempo e presenciar essa mudança em todo curso.

No final da graduação, na biblioteca conheci Paulino de Jesus Cardoso, que na época fazia mestrado em História e também ficava muito tempo estudando lá. Paulino de Jesus Cardoso, junto com Wilson Mattos, Lucilene Reginaldo, Acácio Sidney, entre outros, agregaram vários estudantes negros em torno de discussões sobre racismo, relações raciais e condições de permanência na universidade e juntos organizamos um Núcleo de Pesquisa que promovia reuniões de leitura e discussão de textos sobre racismo, lutas antirracistas e história das populações negras, utilizando livros clássicos e também da nova historiografia. Nossas conversas também giraram em torno dessa possibilidade de militância através do ensino universitário. Acredito que essa visão militante perpassava por todos nós, pois todos nós éramos trabalhadores e necessitávamos nos sustentar, mas também queríamos exercer o magistério marcando uma posição de combate ao racismo e a invisibilidade das populações pretas na história de modo geral. Muitos de nós éramos os primeiros universitários na família e alguns já trabalhavam com educação, ensinando em escolas públicas ou privadas. O mestrado e posterior doutorado era a oportunidade de ingresso na docência do ensino superior.

Como já mencionei, alguns desses alunos negros tinham uma vivência em movimentos sociais o que também levava às discussões políticas e ao engajamento nas lutas antirracismo no período. Lembro bem das reuniões em torno das questões do Movimento pela Indenização dos descendentes de escravos que circulou no início da década de 1990 provocada por setores dos Movimentos Negros e que foi o disparador de pesquisas, debates e eventos.

A professora Dra. Josildeth Gomes Consorte, pesquisadora pioneira no campo das relações raciais, religiões afro-brasileiras e antropologia das populações negras, primeiro e depois Terezinha Bernardes, Antonieta Antonacci, Márcia Barbosa D'Alessio, Déa Fenelon, Estefânia Fraga foram sensíveis a estas mudanças e incentivavam nossas discussões oferecendo disciplinas que tratavam de temas importantes como Construção de Identidade, Antropologia do Negro Brasileiro, Religiões e religiosidades afro-brasileiras, Intelectuais Negros, Relações Raciais, História e Novas Abordagens, História e Cultura, História e Representações, entre outros, além de orientarem vários dos alunos negros que ingressavam nos cursos de Mestrado e depois no Doutorado.

Foi muito difícil, na época da graduação, encontrar orientadora para o meu tema – História dos Blocos Afros de Salvador e como a África era retratada nas suas músicas e desfiles – e os amigos do Núcleo, principalmente Paulino, ajudavam com indicações de leituras e também discussões necessárias e quando apresentava as versões para a orientadora, poucos detalhes eram sugeridos e/ou tinham que sofrer mudanças. Esse tema surgiu em uma viagem para o Nordeste que culminou na participação do Carnaval



em Salvador. Era músico e ao ouvir as músicas dos blocos afros pensei na hora no tema de pesquisa. Os professores encarregados da disciplina sempre davam alguma desculpa. Esse tema e abordagem só foram possíveis, pois os ares de renovação na historiografia se faziam sentir nos projetos e alguns professores aceitavam partir para essa nova aventura de orientar temas novos, sem uma bibliografia de apoio e experiência com a temática.

Partindo de questionamentos não respondidos na monografia, preparei o projeto para o Mestrado, também beneficiado com os debates do grupo de discussões principalmente dos historiadores do grupo que já estavam cursando o mestrado, pois direcionei minhas pesquisas para o período do final da escravidão e as primeiras décadas do século XX, época de invisibilidade das populações pretas na historiografia; pois naquele período os alunos e até mesmo as linhas de pesquisa pensavam em estudos sobre os vários aspectos da escravidão ou o período de organização da imprensa negra ou dos Movimentos Negros. Essa possibilidade já mostrava uma abertura também dos programas de mestrado para novos temas e abordagens, trazidos pela nova historiografia e pelos propósitos de novos pesquisadores com experiências e visões novas.

**Quais eram as principais expectativas acadêmicas? Como percebiam a historiografia e as demandas temáticas e analíticas da época? Quais os horizontes intelectuais negros?**

Minhas expectativas ao longo do curso mudaram muito, no início eu pensava no curso de História como forma de sustento para proporcionar novos estudos em outra área, mais rentável. Depois comecei a ver o curso como uma possibilidade real de sustento, mas não pensava em uma carreira universitária. Essa idéia de ser professor universitário passou a fazer parte de minhas expectativas no final da graduação, pensando a carreira como uma forma de atuação política incrementando as discussões sobre racismo, lutas antirracistas e protagonismo das populações negras para multiplicadores mais eficientes, sendo professor poderia ajudar na formação de outros professores.

A PUC-SP contava neste momento com várias estudantes de mestrado pretas, em História, Sociologia, Antropologia, Psicologia e Letras, quando fiz seleção para o Programa de Mestrado em História, rapidamente consegui orientação. As discussões de temas ligados à História de Populações Pretas já estavam iniciadas e estavam direcionadas para propostas de trabalhos que viam os descendentes de africanos como protagonistas de suas histórias e não como acessórios ou coisa. Isso marcava também uma nova proposta e visão historiográfica, pois eram estudantes negros estudando e pesquisando populações negras. Alguns desses alunos e alunas traziam uma vivência e militância nos Movimentos Negros o que levava também a questionar autores de uma historiografia mais tradicional e a busca de explicações mais abrangentes e que contemplassem esses anseios de protagonismo em todas as instâncias da pesquisa e de temas escolhidos para serem pesquisados.

No mestrado travei conhecimento com vários colegas que estavam cursando o Programa de História, professores universitários em várias regiões, fortalecendo o desejo de ingressar na carreira universitária, os principais incentivadores desse desejo em mim



foram Daniel Francisco da Silva, da UNEB, e Gilmário Moreira Brito, na época na UEFS, ambos colegas que se tornaram amigos. Conversávamos muito sobre o crescimento das universidades do nordeste e as possibilidades de crescimento intelectual, possibilidades de pesquisas e de fazer a diferença atuando no interior nordestino, ajudando a levar o ensino universitário para populações sem as possibilidades econômicas de mandar seus filhos para as capitais.

As leituras de autores nacionais como João José Reis, Sidney Chalhoub, Silvia Lara, Maria Helena P. T. Machado, Maria Odila Leite da Silva Dias e Jacob Gorender assim como de autores estrangeiros como Eric Hobsbawn, E.P. Thompson, Raymond Williams, Jacques Le Goff, Roger Chartier, Pierre Nora, Michel Foucault, Franz Fanon, Stuart Schwartz, Peter Fry, Eric Foner, Sidney Mintz entre outros, realizadas na graduação foram aprofundadas no mestrado e importantes na minha futura carreira como docente, assim como dos demais colegas.

Posteriormente retornei a PUC-SP para cursar o doutorado já professor concursado da UNEB e com um projeto de pesquisa centrado no sertão baiano, porém sem abandonar as populações negras. Um projeto conjunto com outros professores do Campus IV Jacobina gerou várias orientações de IC que depois se desdobraram em projetos de mestrado e doutorado, assim formamos vários nossos colegas hoje atuando em diversas universidades públicas e privadas.

### **Como você avalia o legado desta geração?**

Vários destes alunos da pós graduação da PUC-SP ingressaram na carreira universitária, talvez seja a geração mais exitosa nos objetivos da CAPES de formar pesquisadores para atuação nas diversas universidades brasileiras e até estrangeiras. O impacto dessa geração de estudantes negros foi enorme, pois desenvolveram projetos de pesquisa instigantes e inspiradores para as gerações seguintes. As discussões sobre as experiências históricas das populações pretas era tema central de todos nós e passaram para a atuação em sala de aula. O contato anterior reforçou os encontros e a apresentação de mesas em eventos. Participamos juntos de eventos científicos levando nossas pesquisas.

Em nossas universidades discutíamos e atuávamos individualmente, mas também tive a sorte de na mesma época que ingressei na UNEB contar com a presença de Wilson Mattos, concursado um ano antes de mim. Lembro-me de uma Mesa na ANPUH em que todos éramos negros discutindo história de populações negras e com uma sala lotada de outros jovens pesquisadores interessados no assunto, isso em meados da década de 1990. Todos nós levamos ou adaptamos nossas pesquisas para nossas instituições tendo como compromisso a orientação e formação de novos pesquisadores negros. Isso possibilitou o fortalecimento do campo e visão de pesquisa em que atuávamos. Mais tarde quase todos assumiram compromisso com a fundação ou fortalecimento de núcleos de estudos nas instituições de atuação e os contatos anteriores facilitaram a organização de redes colaborativas. Lembro-me, também, de ter participado de vários eventos no final da década de 1990 e início de 2000 organizados pelos NEABs de diversos lugares do Brasil. As discussões para implantação de componentes com foco nas Relações Raciais e História da África em nossas instituições



são anteriores a lei 10.639/2003 e foi articulada neste movimento de fortalecimento e fundação dos NEABs. Como universidade pioneira (UNEB) da discussão e implantação de cotas, éramos chamados para eventos em diversas universidades públicas para discussões com o corpo diretivo e também para eventos sobre a implantação da lei 10.639/2003. Wilson Mattos coordenou um grupo de professores que ofereceu seminários em diversos cursos da UNEB, principalmente os cursos de formação de professores [num] chamado Projeto UNEB 2000 que dava formação universitária para professores municipais no interior baiano, e isso também gerou um patrimônio acadêmico e simbólico que nos impulsionou para dar cursos em diversas instituições. Também atuei junto à Fundação Palmares em seminários promovido por ela em várias universidades federais para discussão das cotas. A articulação geral em torno de editais específicos para dar subsídios para aplicação da lei 10639/2003, as discussões sobre as cotas e sobre a atuação de pesquisadores negros em diversas universidades, também aglutinou esses pesquisadores que não viam todos seus desejos e discussões contemplados nas associações que existiam, então surgiu a idéia de formação da Associação Nacional de Pesquisadores Negros para lutar por maior visibilidade de nossas pesquisas, editais específicos e fomentar pesquisas em rede.

Para mim isso tudo foi uma consequência política natural de todas essas discussões – implantação dos NEABs, discussão de cotas e da aplicação da lei 10.639/2003.

**Fale da sua atuação profissional atual e como tem atualizado aquela formação da geração da PUC anos 80 e 90, visando fomentar pesquisas e formar alunos?**

Hoje sou professor Titular Pleno do Departamento de Educação Campus I da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Ministro os componentes: História e Cultura Africana e Afro-brasileira e Educação e Relações Étnico Racial, no curso de Pedagogia e História do Brasil e Antropologia Afro-Americana no curso de Ciências Sociais, no meu departamento. Oriento também TCCs nas áreas de Relações Raciais e Educação, Educação de populações negras, Manifestações Culturais Negras e História e Cultura. Coordeno o Grupo de Pesquisa: Experiências, Memórias e Trajetórias de Populações Negras.

Participo de um grupo que trabalha desde 2012 em um projeto de Pós-Graduação em Estudos Africanos, Povos Indígenas e Culturas Negras na UNEB, o APCN foi aprovado no ano passado e estamos implantando agora o mestrado. Esse grupo conta com a presença de um ex-aluno, que foi meu bolsista de extensão e ensino, e de professores que conheço as pesquisas e de alguma forma discuti desde a graduação, então me sinto muito a vontade para dizer que nossos projetos políticos de fazer a diferença na formação de jovens pesquisadores negros discutidos lá nas mesas da Biblioteca da PUC-SP foram exitosos.

Recentemente participei de edital para professor permanente do Programa de Pós-Graduação de Educação e Contemporaneidade da UNEB, onde atuei a partir de agora 2018 na Linha 1 - **Processos Civilizatórios: Educação, Memória e Pluralidade Cultural**. Trabalho atualmente em um projeto de pesquisa com foco em História de Manifestações Culturais Momescas, envolvendo pesquisas com vários seguimentos de

expressões – como música, dança e a própria organização das brincadeiras – ligadas às comemorações carnavalescas e suas repercussões na memória de participantes.

Procuro me manter atualizado participando de cursos na minha própria instituição e também em outras, quando tenho oportunidade. Particpei de uma pesquisa internacional e fiz um estágio pós doutoral que foi muito gratificante e me atualizou em discussões importantes sobre racismo. Também temos discutido parcerias com pesquisadores estrangeiros para atuação conjunta em projetos de pesquisa.

Nos últimos anos, por questões pessoais, não tenho ido para eventos científicos e nem proposto projetos de Iniciação Científica, mas acredito que essas atividades acadêmicas também são impulsionadoras da formação e importantes para manter o pesquisador atualizado.

### **WILSON ROBERTO DE MATTOS, PROFESSOR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA <sup>8</sup>**

#### **Chegou à PUC para fazer a pós-graduação? Quais as primeiras impressões? Havia um projeto acadêmico e intelectual invisível e visível? Fale sobre eles?**

Eu ingressei na PUC-SP, em 1984, no curso de graduação em História. O que me levou à PUC/SP foram às informações esparsas que eu tinha decorrente da minha participação em uma entidade de bairro que, embora, à

poca, não se auto-identificava como de movimento negro, congregava um número majoritário de jovens negros que além de realizar atividades recreativas, como por exemplo, dirigir uma ala na *Escola de Samba Nenê da Vila Matilde*, promover bailes, escrever, ensaiar e apresentar peças de teatro; realizava reuniões semanais e desenvolvia atividades formativas com temas relativos à história e cultura negra.

Foi neste grupo, denominado *Senzala Show*, que eu e mais alguns colegas fomos informados de que a PUC-SP era uma universidade em que nós negros poderíamos estudar. Era recorrente a idéia de que na USP, nós negros não conseguiríamos ser aprovados. Nesse sentido a PUC-SP se avizinhava como a melhor alternativa, pois, apesar de ser uma universidade paga, já sabíamos que lá havia um sistema próprio de bolsas de estudos e que quem não pudesse pagar assinaria um contrato para pagar todo o curso apenas depois de um ou dois anos (não me lembro exatamente o período), depois de concluído. Esse sistema tinha o nome de Programa de Bolsa Restituível e atendia, prioritariamente, os estudantes pobres, dentre os quais nós negros nos incluíamos.

Ao longo do curso de graduação, mais especificamente, nos últimos anos, 1989-1990, observando a movimentação acadêmica de alguns colegas negros, comecei a me informar sobre a possibilidade de dar continuidade aos estudos, através da Pós-Graduação. Circulava a informação, ainda um pouco distante do nosso universo de referência imediata, de que a Pós-Graduação em História da PUC era uma das melhores

---

<sup>8</sup> Entrevista realizada por Flávio Gomes



do Brasil. Além do mais, havia, na Pós-Graduação da PUC, em diversos cursos no campo das humanidades, uma série de professores importantes e que, alguns deles, trabalhavam com questões negras. Os nomes mais citados eram: Florestan Fernandes, Josildeth Consorte, Déa Fenelon, Maria Helena Concone, Octavio Ianni, Fúlvia Rosemberg. De certa maneira, esses professores, além do outros professores igualmente famosos e de carreiras acadêmicas consolidadas, que circulavam periodicamente na PUC, participando de eventos e outras atividades universitárias, tais como o Prof. Kabengele Munanga e o Prof. Milton Santos, acabaram nos incentivando a prosseguir nos estudos.

Cabe lembrar também que havia, entre nós, estudantes negros de graduação, uma memória recente, à época, relativa à existência anterior de um grupo de estudante negros na PUC (GNPUC) que, alguns dos quais, haviam passado pela Pós-Graduação. Eram recorrentes as menções a pessoas como Gevanilda, Flavinho, Roseli, Joana, Majô, Matilde Ribeiro, Deborah Santos e outros (as) que não me lembro os nomes. Complementava essa memória recente, outra memória -- esta um pouco mais distanciada --- referente ao IPEAFRO, implantado na PUC-SP, no início da década de 1980, sob a coordenação do Prof. Abdias Nascimento.

Embora, ao que me parece, não houvesse um projeto acadêmico institucionalizado, propriamente dito, nos Programas de Pós-Graduação da PUC-SP, sobretudo, nos de História, Ciências Sociais, Educação e Psicologia Social, a memória do GNPUC e do IPEAFRO, juntamente com o peso do nome do Prof. Abdias Nascimento e de vários outros professores com trabalhos clássicos sobre a questão racial, acabavam, a meu ver, conformando uma espécie de projeto implícito. Implícito, porque não codificado, digamos assim, mas não invisível. Ao contrário, a questão racial, na PUC-SP tinha uma enorme visibilidade.

De alguma maneira eu, pessoalmente, acredito que a grande maioria dos estudantes negros que passaram pela PUC, sobretudo, os que deram continuidade aos estudos, ingressando nos diversos Programas de Pós-Graduação oferecidos por ela, compuseram sim um projeto que, embora não codificado, acabou contribuindo para organização das nossas agendas acadêmicas, nossas relações pessoais e institucionais, bem como, subsidiando as nossas escolhas profissionais, intelectuais e políticas. Como exemplo disso, posso citar o NEAFRO – Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros na PUC-SP, uma entidade não formal, que agregava um número significativo de estudantes negros de pós-graduação e, em menor número, de graduação, iniciado no começo dos anos 1990 e que perdurou por umas três gerações de estudantes na PUC-SP, se transformando depois no CECAFRO - *Centro de Estudos Culturais Africanos e da Diáspora*, desta vez oficializado pela instituição.

Cabe observar que boa parte dos estudantes que passaram pelo NEAFRO, hoje são professores em diversas instituições universitárias do Brasil e, dos que eu ainda mantenho contato pessoal, a maioria continua trabalhando com temas relacionados às populações negras. Cito alguns nomes de cabeça: Paulino Cardoso (UDESC-SC), Dagoberto Fonseca (UNESP), Acácio Almeida (UFABC), Raphael Rodrigues Vieira (UNEB), Mária Anória Oliveira (UNEB), Maria Palmira Silva (UNINOVE), Ben-Hur Ferreira (Universidade Dom Bosco) e eu próprio que, desde 1994, sou professor na

Universidade do Estado da Bahia-UNEB. Além destes, outros antigos participantes do NEAFRO ocupam outras funções no mundo do trabalho, Sandra Lima Nascimento (Psicóloga), Gislândia Ferreira (Advogada), Carla Carneiro Nascimento (Jornalista), Salomão Jovino (professor e músico).

**Quais eram as expectativas acadêmicas? Como percebiam a historiografia e as demandas temáticas e analíticas da época? Quais os horizontes destes intelectuais negros e negras lá?**

Dos colegas que passaram pelo NEAFRO e ingressaram na pós-graduação, principalmente os que fizeram história e ciências sociais, todos, praticamente, ingressaram na carreira acadêmica. Se me recordo bem, todos tinham -- de uma forma ou de outra -- esta expectativa profissional. Tanto que a maioria, ainda nem bem havia terminado o mestrado já estavam prestando concurso público e sendo aprovados em diversas universidades do Brasil.

Quanto às percepções sobre a historiografia, as demandas temáticas etc. embora eu consiga perceber uma, digamos, consciência média que, a nós historiadores, exclusivamente, nos assemelhavam no sentido de identificarmos as principais demandas postas pelo campo da história, seja do ponto de vista da pesquisa, das escolhas teórico-metodológicas, da eleição de temáticas prioritárias e das tarefas políticas postas a jovens profissionais negros no interior do campo disciplinar, não posso aqui arriscar falar pelos meus colegas. No entanto, as minhas impressões pessoais, talvez sirvam aqui como alguma referência pra considerações analíticas mais comuns entre nós historiadores negros que passamos pelos cursos de mestrado e doutorado do Programa de Pós-Graduação em História Social da PUC-SP entre as décadas de 1980-1990.

No meu entendimento, quando ingressamos na pós-graduação em História da PUC-SP, um determinado campo temático já estava praticamente, definido. De um modo mais amplo e, a bem da verdade, meio descomprometido, posso aqui denominá-lo como, Estudos Afro-Brasileiros. Mesmo sem muita precisão acerca da sua circunscrição, era no interior deste universo referencial que procurávamos conjugar as especificidades dos nossos objetos de pesquisa às características teórico-metodológicas do Programa.

Não obstante pequenas dificuldades e necessidades de ajustes pontuais aqui ou acolá, na definição dos projetos de pesquisa, o debate historiográfico que caracterizava o universo intelectual à época e emprestava um perfil definido ao Programa, era favorável à inclusão das nossas escolhas, independentemente das especificidades dos nossos objetos. Lembro que havia projetos que iam de preocupações com resistências individuais à escravidão no século XIX, em determinada cidade do Brasil, até projetos sobre música negra urbana na definição do cenário cultural de São Paulo nos anos 1980. Pesquisas sobre irmandades negras, memórias negras de bairros, imprensa negra etc.

Nesse período, a historiografia sobre escravidão e mesmo sobre cultura negra, de um modo geral, iniciou um processo de revisão que -- grosso modo -- pode ser caracterizado como o abandono de perspectivas mais estruturais -- ou estruturalistas, como queiram--, em favor de perspectivas que passavam a enxergar os escravos e, como uma espécie de decorrência quase necessária, os outros “condenados da terra”, como



sujeitos, participe ativos dos processos que os envolviam. Foi nesse contexto revisionista que o binômio resistência-acomodação transformou-se em um verdadeiro *mantra* na produção historiográfica, presente em Programas de Pós-Graduação como o da PUC-SP - e alguns outros-, ocupados em pesquisar aspectos relativos às populações, historicamente, dominadas no interior de uma, digamos, economia de relações de poder desigualmente instituída. Esse processo todo pode ser resumido em uma frase escrita em inglês, que durante todo esse período – e de certo modo até hoje -- marcou a história que era escrita e ensinada nessas instituições: *history from Below*.

O Programa de Pós-Graduação em História da PUC-SP, ao definir-se como de História Social, sem qualquer outra adjetivação que desse uma especificidade temática ao Programa, tipo: História Social do Trabalho, História Social da Escravidão, História Social da Mulher ou outra denominação semelhante, abria possibilidades, as mais variadas, de desenvolvimento de pesquisa histórica no tocante aos objetos, também eles os mais variados. No entanto, a contrapartida dessa abertura relativa era a quase obrigatoriedade de filiação teórico-metodológica aos fundamentos da historiografia inglesa contemporânea e, de modo complementar, aos chamados estudos culturais. Autores como Stuart Hall, Richard Hoggart, Raymond Williams, Hobsbawn, Raphael Samuel, Peter Burke e, principalmente, E.P. Thompson eram referências bibliográficas imprescindíveis a qualquer projeto.

Determinadas especificidades temáticas de um ou outro projeto, de acordo com o perfil, também, de um ou outro professor, demandava a inclusão de outras referências tais como: Michael Foucault, Paul Zumthor, Michelle Perrot, Carlo Ginsburg, Roger Chartier. Entretanto, havia, de fato, uma hegemonia flagrante das referências inglesas, tanto no campo dos estudos culturais quanto na historiografia.

Em meio a essas características acadêmicas bem definidas, hoje, passadas mais de duas décadas do meu ingresso no Programa de História Social da PUC-SP, posso identificar com alguma precisão a existência de três, digamos, subáreas que abrigavam de modo mais sistemático, os projetos com temáticas negras, principal, mas não exclusivamente, desenvolvidos por estudantes negros. Vou optar aqui por uma nomeação grosseira, mais ou menos livre, evidentemente, por minha própria conta e risco, sem nenhuma hierarquização por ordem de importância, são elas: a) escravidão e cultura negra; b) movimentos sociais; c) memória e oralidade.

Em todas essas três subáreas era possível a quem trabalhasse com populações negras, propor algum projeto de pesquisa com boas perspectivas de aprovação nos processos seletivos. Com relativa exceção da subárea de memória e oralidade na qual se observava a presença de referências próprias a partir de autores clássicos como, por exemplo, Halbwachs e Le Goff, bem como, autores como Alessandro Portelli, Paul Thompson, Ecléa Bosi e, curiosamente, A. Hampaté Bá –este último, muito por conta da influência que nós estudantes negros também exercíamos sobre determinados professores, curiosos pelas novidades inusitadas apresentadas pelos nossos projetos de pesquisa-, nas outras duas subáreas a predominância dos ingleses era, incontestavelmente, hegemônica.

É provável que em nenhum outro Programa de Pós-Graduação no Brasil, o E.P. Thompson tivesse sido tão citado nos trabalhos sobre escravidão e sobre cultura negra -



sem ter escrito nada específico sobre esses temas-, o quanto foi no Programa de História da PUC-SP.

Se por um lado essa concentração na historiografia e nos estudos culturais ingleses como referência basilar para os estudos sobre populações negras (na escravidão ou fora dela) foi, indiscutivelmente, fundamental para a consolidação de uma excelente formação teórica e metodológica dos pesquisadores negros como eu e outros colegas, por outro, a meu ver, houve um relativo prejuízo no aprofundamento do campo temático propriamente dito na medida em que as bibliografias específicas, tanto nacionais quanto internacionais, ficaram reduzidas diante da predominância das demais referências que caracterizavam o Programa. Em verdade, apesar da excelência dos professores que compunham o Programa no âmbito dos estudos sobre movimentos sociais e memória e oralidade, não havia nenhum professor especialista em escravidão ou em cultura negra.

Durante, praticamente, toda a década de 1990, todos nós negros que fizemos mestrado e doutorado no Programa de História Social da PUC-SP, com objetos de estudos específicos sobre populações negras, apesar de contarmos com a disposição, o empenho, a coragem e o compromisso político de professores que se dispuseram a nos orientar, fomos nós, os estudantes daquele período, os principais atores a protagonizar a definição e continuidade do que eu nomeei acima como subárea de escravidão e cultura negra.

Somente no final dos anos 1990 com a chegada da Profa. Maria Odila Leite da Silva Dias, ao Programa e, um pouco mais à frente, com o engajamento radical da Profa. Maria Antonieta Antonacci -- já há algum tempo, professora do Programa-, no universo da pesquisa sobre África e Culturas Negras da Diáspora, é que essa subárea, já definida, anteriormente, pelo conjunto das nossas teses e dissertações, inicia um processo de consolidação acadêmica. Esse processo se confirma com o ingresso, mais ou menos recente, de Amailton Azevedo como professor permanente do Programa. Oriundo da segunda geração do NEAFRO, Amailton Azevedo, um professor negro egresso da graduação, do mestrado e do doutorado da própria PUC-SP, representa hoje, no interior do Programa, uma importante referência da subárea mencionada.

### **A atuação daquele grupo da PUC é anterior a legislação das políticas públicas, a lei 10.639, a explosão dos NEABS e da ABPN. Como você avalia o papel desta geração e seu impacto na virada do século XXI**

A geração de estudantes negros da qual eu fiz parte, começou a se organizar coletivamente na PUC na década de 90, portanto, anteriormente à edição da Lei 10639-03. O primeiro Congresso de Pesquisadores Negros, que ensejou a criação da ABPN (Associação Brasileira de Pesquisadores Negros) foi realizado na cidade de Recife, Pernambuco, em 2000.

Sei de memória, sobre alguns eventos que antecederam o primeiro congresso da ABPN e que tinha no horizonte, a possibilidade de organização dos intelectuais negros brasileiros. Mesmo sem ter participado, por algum motivo que me fugiu da lembrança, lembro ao menos de dois eventos, um realizado na cidade de Marília, em São Paulo, e outro, em Salvador, na Bahia.



Evidentemente, essas atividades e mesmo outros esforços de organização de coletivos negros, anteriores, prepararam o caminho para que a uma organização nacional como a ABPN pudesse se instituir. Entretanto, é inegável que toda a movimentação dos anos 1980 e 1990, sobretudo o ingresso significativo de estudantes negros nos Programas de Pós-Graduação e a conseqüente entrada desses --posteriormente --, mestres e doutores em carreiras acadêmicas de destacadas instituições universitárias, sobretudo, públicas, funcionou como base intelectual e política de articulação que sustentou a criação e sustenta a continuidade da ABPN. Embora, evidentemente, não seja a única, particularmente, neste aspecto, a PUC-SP, através do número, relativamente significativo, de estudantes negros que se transformaram em mestres e doutores nos seus programas de pós-graduação, em especial, na área das humanidades, tem uma importância destacável.

A progressiva multiplicação do número de NEABs – Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros, por todo o Brasil, ao longo desta trajetória histórica da ABPN, assim como, a realização ininterrupta de todos os COPENEs – Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros, a cada dois anos, desde 2000, são, em minha opinião, o saldo acadêmico, institucional mais robusto e sustentável das ações que a ABPN desenvolve nesses seus quase 20 anos de existência.

Embora eu, pessoalmente, não conheça todos os NEABs, a minha participação em todos os COPENES -- com exceção do último, realizado em Dourados-MS, no ano passado-, somado ao fato de eu ter participado da diretoria da ABPN em três gestões não consecutivas e presidido um dos congressos, mais especificamente, o IV COPENE, realizado em Salvador-BA, no ano de 2006, talvez me autorize a sustentar a alta probabilidade de correção da hipótese de que a importância atual dos NEABs está na progressiva assunção substitutiva do papel que até então tem sido representado pelos Programas de Pós-Graduação. Em palavras mais diretas eu diria que os NEABs, hoje, começam a se configurar como espaço de excelência para a formação avançada e autônoma em pesquisa e ensino sobre os múltiplos aspectos histórico-sociais relativos às populações negras; produção e reprodução de conhecimentos teóricos e metodológicos inovadores e, principalmente; suporte intelectual para a construção de sólidas e promissoras trajetórias profissionais para as mulheres e homens negros que optaram pela carreira acadêmica.

Se a maioria dos NEABs ainda não são exatamente isso, um pouco de esforço concentrado e estratégico por parte, tanto das suas coordenações, quanto das diretorias da ABPN, será suficiente para que eles venham a se transformar, rapidamente, naquilo que todos nós esperamos deles, quais sejam, respeitados Centros de referência intelectual e acadêmica no quadro dos órgãos ou instâncias que compõe a excelência das universidades brasileiras.

**Você é considerado um dos mais importantes acadêmicos e intelectuais negros da sua geração? Quais os desafios e agendas?**

Sem falsa modéstia, não me considero, como afirma a pergunta, “um dos mais importantes acadêmicos e intelectuais” da minha geração. Mas, modestamente, reconheço que, ao lado de outros homens e mulheres, hoje, renomados profissionais no



mundo universitário, tenho minha parcela de contribuição na composição e definição de um cenário intelectual nacional em cujo qual a ABPN desempenhou um papel protagonista e, principalmente, reconheço também, não de modo exclusivo, obviamente, a importância que nossa formação e/ou titulação na PUC-SP representou na configuração desse cenário.

Apesar das dificuldades que tivemos que superar, relativas aos dissabores (pra usar um eufemismo elegante) da sempre tensa relação entre povo negro e universidade e, é necessário dizer que com a PUC-SP não foi diferente, foi graças à nossa insistência, consciente ou inconscientemente militante, e à generosidade quase “estatutária” das obrigações de uma universidade católica em tempos de “opção preferencial pelos pobres”, que alguns de nós negros nela ingressados, pudemos experimentar, de forma inédita, uma trajetória exitosa de formação profissional básica e avançada, bem como aprender, em meio a um ambiente interno marcado por uma ciosa tradição democrática e tolerante, formas de auto-organização imposta pela condição, racialmente minoritária.

Se, de fato, a PUC-SP não tem uma relação direta com a história da ABPN, deixar de reconhecê-la como uma intermediária na formação de profissionais cujas características formativas os comprometeram com a construção de um formato específico de organização intelectual e política tal qual a ABPN hoje se define no cenário científico nacional e mesmo internacional, seria uma temeridade. Nesse sentido, grande parte do que eu, particularmente, penso sobre os desafios presentes e futuros da ABPN, tem a ver com a minha própria formação e com as escolhas políticas que essa formação me disponibilizou em meio a um universo de possibilidades anteriormente (e também posteriormente) disponibilizados pela própria vida.

Por tudo o que foi relatado aqui, penso que o grande desafio que se nos apresenta no presente momento é projetarmos um futuro breve que tenha como referência ética geral, fazer com que a produção intelectual e o nosso trabalho acadêmico, enquanto seres humanos, negros e negras, sirva de alguma maneira efetiva, eficaz e célere, para o processo de emancipação, autonomização, auto-sustentação e autodeterminação dos povos negros e demais povos não-hegemônicos do Brasil e do mundo.

Para tanto, em meio à infinidade de tarefas práticas a serem realizadas, as prioridades devem se concentrar naquilo que é, seguramente, essencial para que o objetivo seja alcançado o mais cedo possível. Dentre essas prioridades, a principal, portanto a que deve subsidiar a organização e sequenciamento das atividades e tarefas práticas, é o fomento da produção sistemática e estratégica no interior dos NEABs, consolidando uma área de excelência, de forma a legitimar e potencializar os pleitos de ocupação dos espaços acadêmicos e políticos de tomada de decisões, no interior das universidades e, igualmente, dentro das instâncias que administram, regulam e garantem o seu funcionamento, bem como, definem os seus objetivos.

*Recebido em janeiro de 2018*

*Aprovado em março de 2018*